



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007447-85.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **VALCI FERNANDES DE ALMEIDA**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de ação ordinária proposta por **VALCI FERNANDES DE ALMEIDA**, contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando, em resumo, que é proprietário da motocicleta YAMAHA/FAZER, YS250, ano fabricação/modelo 2006, placa HEK -6177 e, que em meados de outubro de 2013, tomou conhecimento da existência de penalidade de multa, registrada no sistema PRODESP/DETRAN, ocorrida em 30.10.2012, objeto do AIT nº Z48-0183436, pela infração de ter avançado o sinal vermelho no semáforo. Aduz que não foi autuado pessoalmente e tampouco notificado acerca de tal infração, o que impossibilitou a sua defesa e que, mesmo estando seu endereço atualizado perante à Secretaria Municipal de Transito, o AR foi devolvido pelo Correio, com a informação de que havia se mudado, ficando impossibilitado de indicar quem conduzia a motocicleta no momento da infração, bem como de apresentar recurso da multa aplicada. Sustenta que a ausência de notificação invalida todo o processo administrativo para aplicação da multa, requer a nulidade do Auto de Infração de Trânsito e demais atos praticados, bem como a restituição do valor da multa paga indevidamente.

Pela decisão de fls. 37/39, foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** apresentou contestação (fls. 52/57), sustentando a legalidade do ato, visto que a notificação foi regularmente emitida conforme informação do Sistema de Administração de Autuações de Trânsito da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Prefeitura Municipal. Aduz que o endereço cadastrado no sistema do Órgão de Trânsito é o mesmo da residência do autor e que não pode ser responsabilizado por falha na entrega da correspondência pelo correio. Alega, ainda, que a obrigação do órgão fiscalizador é a de enviar as notificações para o endereço constante no cadastro e que eventuais irregularidades na entrega das correspondências, de responsabilidade dos Correios, não lhe podem ser imputadas. Por fim, argumenta que, em cumprimento ao artigo 12 da Resolução 404/12 do CONTRAN, publicou edital no Diário Oficial, contendo a relação das multas aplicadas.

É o relatório.

DECIDO.

A lide comporta julgamento antecipado na forma prevista no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, já estando o processo suficientemente instruído.

O autor alega não ter sido notificado da autuação de infração e respectiva imposição de penalidade, somente tomando ciência dela em meados do mês de outubro de 2013 e, por não ter havido oportunidade de defesa, deveria ser reconhecida a nulidade do procedimento administrativo instaurado.

De fato, não ficou demonstrado nos autos que o autor teve conhecimento oportuno da penalidade que lhe foi aplicada. Na verdade, pelos documentos juntados, embora tenha sido expedida a notificação, a correspondência foi devolvida ao remetente com a informação de que ele havia se mudado (v. fls. 22).

O próprio Município admite que houve falha do Correio na entrega da correspondência ao autor.

Destarte, não tendo ele sido efetivamente notificado da autuação e imposição de multa originária, lhe foi cerceado o direito ao contraditório e à ampla defesa. Os artigos 280 a 290 do CTB disciplinam o processo administrativo que foi regulamentado pela Resolução CONTRAN 149/2003, que determina a notificação do proprietário do veículo, no prazo máximo de 30 dias do cometimento da infração, assegurando-se prazo não inferior a quinze dias para a defesa e para eventual identificação do condutor infrator.

Idêntica solução foi dada pelo Tribunal de Justiça do Estado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

de São Paulo na Apelação nº 994.06.102701-0, cujos argumentos se adota como razão de decidir: “1. Da compulsão aos elementos dos autos, forçoso reconhecer a irregularidade da notificação havida nos autos em razão de flagrante falha em sua remessa e entrega pelos Correios e que fulminou sua validade e não permitiu o exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório - Ofensa ao art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro - Declaração de nulidade das infrações que se impõe bem como a condenação da requerida na devolução dos valores pagos, com correção monetária do desembolso e juros de mora da citação. 2. Descabido, no entanto, ressarcimento por supostos danos materiais ou morais porque não comprovados, até porque, mero dissabor. 3. Ônus de sucumbência carreados à requerida. Sentença reformada - Apelação provida em parte”.

Não se pode aceitar o argumento de que a falha havida não seja de responsabilidade da Municipalidade porque cometida pelo Correio. Ora, se o Município se utiliza do Correio para a prestação dos serviços, é sua a responsabilidade também por eventuais erros deste. De outra parte, convém anotar que, realmente, o Código Brasileiro de Trânsito não preconiza a necessidade de que a correspondência de notificação da infração se dê por AR. No entanto, se o requerido adotou tal procedimento, deve ele ser observado em todos os seus pormenores, não podendo lhe beneficiar erros cometidos em tal procedimento e em prejuízo do cidadão.

Não se trata de endereço desatualizado, mas sim de falha na entrega da correspondência.

Por fim, insta salientar que o "caput" do art. 282 do CTB preconiza que o meio escolhido para a notificação seja hábil a assegurar a "ciência da imposição da penalidade". Esta segurança e certeza na notificação não ocorreu no caso em análise. Em sendo assim, a mácula havida na notificação atinge e contamina todo o procedimento administrativo que resultou na imposição da multa e, via de consequência, acarreta a sua nulidade.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a nulidade do Auto de Infração e, consequentemente, determinar a exclusão da pontuação na Carteira Nacional de Habilitação do autor, em relação à infração anulada.

Sem prejuízo, condeno o Município de São Carlos a restituir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

ao autor o valor pago pela multa, com correção monetária e juros nos termos do artigo 1º, F da Lei 9.494/97 (alterado pela Lei 11.960/09), contados do dia do pagamento.

Diante da sucumbência, condeno o requerido, ao pagamento das custas processuais, na forma da lei e dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 700,00 (setecentos reais).

Não há recurso necessário por envolver direito controvertido em valor não excedente a 60 salários mínimos (art. 475, §2º, CPC).

P. R. I.

São Carlos, 25 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**